



Governo Municipal
de Santana do Cariri

Procuradoria Geral do Município



PARECER JURÍDICO Nº 0111001/2024

1. RELATÓRIO:

Trata – se de solicitação de parecer jurídico oriundo do Pregoeiro da prefeitura municipal de Santana do Cariri-Ce sobre o **Processo nº 08.10.2024.01-PE**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo menor preço, cujo objeto é **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE IMPLEMENTAÇÃO DE VÍDEO MONITORAMENTO NOS LOGRADOUROS PÚBLICOS, INCLUINDO FORNECIMENTO DE EQUIPAMENTOS EM REGIME DE COMODATO, NO PERÍODO DE 12 (DOZE) MESES, PARA ATENDER AS SECRETARIAS DO MUNICÍPIO DE SANTANA DO CARIRI/CE.**

Fazem parte do respectivo processo: Termo de abertura e autuação do processo administrativo (página 01), solicitação de despesa (páginas 02/04), Documento de formalização da demanda-DFD (páginas 05/15), Despacho para pesquisa de preços (páginas 15), Estudo técnico Preliminar-ETP (páginas 17/29), Aprovação pela autoridade superior do estudo técnico preliminar-ETP (página 30), termo de juntada-Portaria do servidor responsável pela pesquisa e pesquisa de preços (páginas 31/53), termo de referência (páginas 54/87), declaração de disponibilidade orçamentária (página 88/89), despacho para emissão de parecer jurídico (página 90), minuta do edital, bem como seus anexos que foram analisados por essa Procuradoria (páginas 91/141), parecer preliminar opinativo dessa Procuradoria e portaria do procurador Geral (páginas 142/146), autorização para a publicação do edital (página 147), autuação do processo e juntada da portaria nº 0403001/2024 (páginas 148/150), edital e seus anexos (páginas 151/247), aviso de licitação e suas publicações nos meios oficiais (páginas 248/261).

Termo de Juntada de documentos- Proposta consolidada (páginas 262/265), Termo de juntada-Documents de Habilitação da empresa F. ALEXANDRE PEREIRA DE SANTANA (SOLUÇÕES INTELIGENTES), CNPJ nº 28.091.959/0001-07 (páginas 266/324), Termo de juntada – Validação dos documentos de habilitação (página 325/331), histórico e ata de julgamento proveniente do sistema: <https://licitacoes-e2.bb.com.br>, (página 332/344), despacho para essa procuradoria para a emissão de parecer final (página 345).

2. ANÁLISE

A presente análise tem a finalidade de verificar a conformidade do procedimento, com as disposições fixadas na nova Lei de licitações, Lei nº 14.133/2021. Nesse sentido, cumpre esclarecer que, a presente manifestação limitar-se-á à dúvida estritamente jurídica “in abstrato”, ora proposta e, aos aspectos jurídicos da matéria, abstendo-se quanto aos aspectos técnicos, administrativos, econômico-financeiros e quanto a outras questões não ventiladas ou que exijam o exercício de conveniência e discricionariedade da Administração. Inclusive, entendimento do Tribunal de Contas da União afirma que não é da competência do parecerista jurídico a avaliação de aspectos técnicos da licitação. **Acórdão 1492/2021 – TCU PLENÁRIO.**

Por essa razão, a emissão deste parecer não significa endosso ao mérito administrativo, tendo em vista que é relativo à área jurídica, não adentrando à competência técnica da



**Governo Municipal
de Santana do Cariri**

Procuradoria Geral do Município



Administração, em atendimento à recomendação da Consultoria Geral da União, por meio das Boas Práticas Consultivas BCP nº 07, qual seja:

O Órgão Consultivo não deve emitir manifestações conclusivas sobre temas não jurídicos, tais como os técnicos, administrativos ou de conveniência ou oportunidade, sem prejuízo da possibilidade de emitir opinião ou fazer recomendações sobre tais questões, apontando tratar-se de juízo discricionário, se aplicável. Ademais, caso adentre em questão jurídica que possa ter reflexo significativo em aspecto técnico deve apontar e esclarecer qual a situação jurídica existente que autoriza sua manifestação naquele ponto.

A norma citada acima é fundamental para assegurar a correta aplicação do princípio da legalidade, para que os atos administrativos não contenham estipulações que contravenham à lei, posto que, o preceito da legalidade é, singularmente, relevante nos atos administrativos.

Percebemos que os documentos solicitados pelo edital de licitação foram apresentados pelas empresas vencedoras do respectivo certame, conforme disciplina a Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, como também o valor oferecido encontra – se dentro da realidade mercadológica, conforme apreciação pelo Setor de Compras.

3. CONCLUSÃO

Dessa forma, **OPINA** essa Procuradoria pela **possibilidade** de ser adjudicado o objeto e homologado o procedimento licitatório em epígrafe, em favor da empresa (s) vencedora do certame, tendo em vista que o processo observou os dispostos estabelecidos na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e Decreto Municipal nº 0204001/2024, de 02 abril de 2024

É o Parecer. S. M. J.

Santana do Cariri/CE, 01 de novembro de 2024


ANDERSON CÂNDIDO NEVES
Procurador Geral